



POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: AVANÇOS, LIMITES E PERSPECTIVAS

PUBLIC POLICIES AND CHALLENGES OF BASIC EDUCATION IN BRAZIL: ADVANCES,
LIMITS AND PERSPECTIVES

► **Daniel Rodrigues Domingos Junior**

*Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Unimontes
Mestrando em Geografia - PPGEIO/Unimontes*

► **Grazielle Pereira Frois**

*Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais*

► **Edgleison de Sousa Suriano**

Especialista em Matemática suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho – UFPI

► **Vanessa Vieira da Silva**

Pedagoga pela Universidade Federal do Pi

► **Deividi Ricardo Lando**

MESTRANDO pelo MUST University, Estados Unidos

► **Jessica Cristina da Silva Lucas**

Psicóloga pela Estácio de Sá

► **Michel dos Reis da Silva**

Gastrônomo Especialista pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo

► **José Anselmo de Carvalho Pires**



Editora

Cognitus

Docente pelo IP-BACABEIRA-MA e Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Cenes

Roberta Alves da Silva Ferreira

Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – UCB, Graduação em Tecnologia em Processos Gerenciais pela Universidade Paranaense – UNIPAR, Mestra em Ciências Ambientais pela UNIOESTE e Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pelo UNIOESTE

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

RESUMO

INTRODUÇÃO: A educação básica brasileira constitui um campo estratégico para o desenvolvimento social, econômico e político do país, sendo marcada por avanços legais importantes e desafios históricos persistentes. A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 consolidaram o direito à educação, mas desigualdades regionais, limitações estruturais e transformações políticas recentes continuam a impactar a efetividade das políticas públicas. **OBJETIVO:** Analisar criticamente os avanços, limites e perspectivas das políticas públicas voltadas à educação básica no Brasil, com enfoque nos eixos de universalização do acesso, qualidade educacional, inclusão e gestão/financiamento. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura entre fevereiro e setembro de 2025, utilizando bases como SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES, ERIC e BVS. Foram aplicados descritores em português e inglês combinados com operadores booleanos (AND, OR) e intercruzamentos temáticos para refinar os resultados. Foram incluídos artigos, documentos oficiais e legislações publicadas entre 2007 e 2025. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que, embora haja avanços significativos em marcos legais e expansão do acesso, persistem desigualdades sociais e regionais, problemas de infraestrutura e formação docente, barreiras à inclusão e descontinuidade administrativa. As políticas neoliberais recentes agravaram vulnerabilidades, mas também estimularam movimentos de resistência e reflexão sobre o papel do Estado e da sociedade civil na educação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que, apesar dos progressos, os desafios estruturais demandam políticas públicas integradas, estáveis e de longo prazo, baseadas em equidade, valorização docente, financiamento adequado e

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

participação democrática, de modo a garantir uma educação básica universal, inclusiva e de qualidade.

:

PALAVRAS-CHAVES: Políticas públicas; Educação básica; Universalização; Inclusão; Financiamento educacional.



Editora

Cognitus

ABSTRACT

INTRODUCTION: Basic education in Brazil is a strategic field for the country's social, economic, and political development. It is marked by significant legal advances but also by persistent historical challenges. The 1988 Constitution and the 1996 Education Law consolidated the right to education, yet regional inequalities, structural limitations, and recent political transformations continue to affect the effectiveness of public policies. **OBJECTIVE:** To critically analyze the advances, limits, and perspectives of public policies for basic education in Brazil, focusing on four main axes: universal access, educational quality, inclusion, and management/financing. **METHODOLOGY:** A narrative literature review was conducted between February and September 2025 using databases such as SciELO, Google Scholar, CAPES Journals, ERIC, and BVS. Portuguese and English descriptors were combined with Boolean operators (AND, OR) and thematic intersections to refine results. Articles, official documents, and legislation published between 2007 and 2025 were included. **RESULTS AND DISCUSSION:** The findings indicate that, despite significant legal and institutional progress and expanded access, persistent regional and social inequalities, infrastructure deficiencies, teacher training gaps, inclusion barriers, and administrative discontinuity remain. Recent neoliberal policies have intensified vulnerabilities but also stimulated resistance movements and critical debates about the role of the State and civil society in education. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that, despite notable progress, structural challenges require integrated, stable, long-term public policies grounded in equity, teacher appreciation, adequate funding, and democratic participation to ensure universal, inclusive, and high-quality basic education.

KEYWORDS: Public policies; Basic education; Universalization; Inclusion; Education funding.



Editora

Cognitus

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

INTRODUÇÃO

Ao A educação básica constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e político de um país. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, consolidaram a educação como direito social e dever do Estado e da família, assegurando a universalização do acesso ao ensino fundamental e estabelecendo bases legais para a expansão da educação infantil e do ensino médio (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Desde então, políticas públicas de financiamento, descentralização da gestão e ampliação de programas educacionais têm contribuído para a ampliação do acesso e para a redução de desigualdades históricas (Dourado, 2007).

Nas últimas décadas, avanços importantes foram registrados, como a criação e evolução do Fundef e do Fundeb, a implementação de programas de formação docente e a expansão dos Institutos Federais, que fortaleceram a oferta educacional e ampliaram oportunidades para diferentes regiões do país. Ao mesmo tempo, avaliações nacionais em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), têm permitido acompanhar a qualidade do ensino e orientar políticas de melhoria (Souza et al., 2019).

Apesar desses progressos, persistem desafios estruturais que comprometem a efetividade das políticas educacionais. Desigualdades regionais e sociais, precariedade da infraestrutura física, desvalorização da carreira docente, barreiras à inclusão e descontinuidade administrativa são fatores que dificultam a consolidação de uma educação de qualidade e equitativa em todo o território nacional (Silva et al., 2021; Nepomoceno et al., 2021). Além disso, transformações políticas e econômicas recentes, marcadas pela adoção de políticas neoliberais e pela redução do investimento público, agravaram vulnerabilidades preexistentes e impuseram novos obstáculos à educação básica (Previtali et al., 2023; Moimaz, 2025).

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

A relevância deste estudo está em analisar criticamente os principais avanços e desafios das políticas públicas voltadas à educação básica no Brasil, considerando seu impacto sobre a universalização do acesso, a qualidade do ensino, a inclusão educacional e a gestão pública. Compreender esses elementos é fundamental para subsidiar o debate acadêmico e político, além de contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes e democráticas para o fortalecimento da educação pública.

O objetivo deste trabalho é examinar os avanços, limites e perspectivas das políticas públicas para a educação básica brasileira, destacando os fatores históricos, legais, sociais e econômicos que moldam esse campo. Busca-se oferecer uma análise fundamentada e atualizada, que permita refletir sobre caminhos possíveis para superar desigualdades persistentes e garantir o direito à educação de forma plena e equitativa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, que tem como objetivo reunir, analisar e discutir criticamente produções científicas e documentos oficiais relacionados às políticas públicas e aos desafios da educação básica no Brasil. A escolha dessa abordagem se justifica por sua flexibilidade e abrangência, permitindo contextualizar historicamente o tema, identificar avanços, limites e perspectivas e integrar diferentes tipos de fontes, sem a rigidez metodológica de revisões sistemáticas ou integrativas.

A revisão narrativa caracteriza-se por não seguir protocolos rígidos de seleção e análise, priorizando a interpretação crítica e a construção argumentativa sobre determinado tema a partir de um corpo selecionado de referências. Nessa perspectiva, buscou-se contemplar tanto marcos legais e documentos oficiais, quanto produções científicas nacionais e internacionais, publicadas em periódicos acadêmicos, livros, relatórios e legislações pertinentes ao campo educacional.

A busca bibliográfica foi realizada entre fevereiro e setembro de 2025, em bases de dados eletrônicas amplamente reconhecidas no meio acadêmico, a saber:

- Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

- Google Scholar
- Periódicos CAPES
- Education Resources Information Center (ERIC)
- Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
- Repositórios institucionais brasileiros (Universidades públicas, MEC, INEP)

Além das bases acadêmicas, foram incluídos documentos normativos e legais provenientes de órgãos oficiais, como Constituição Federal, LDB, Fundeb, PNE e relatórios do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por sua relevância para o tema.

Para estruturar a busca, foram utilizados descritores em português e inglês, de forma isolada e combinada, a fim de ampliar a abrangência da pesquisa. Os descritores principais foram:

- “políticas públicas” / “public policies”
- “educação básica” / “basic education”
- “Brasil” / “Brazil”
- “desafios” / “challenges”
- “neoliberalismo” / “neoliberalism”
- “inclusão educacional” / “educational inclusion”
- “formação docente” / “teacher training”
- “financiamento da educação” / “education funding”

Esses descritores foram inter cruzados utilizando operadores booleanos (AND, OR) e aspas para busca de expressões exatas. Exemplos de combinações realizadas:

- "políticas públicas" AND "educação básica" AND Brasil
- "basic education" AND "public policies" AND Brazil
- "educação básica" AND (desafios OR "formação docente" OR inclusão)
- (“public policies” OR “educational policies”) AND (“neoliberalism” OR “privatization”) AND Brazil
- "financiamento da educação" AND "educação básica" AND (desigualdades OR desafios)

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

Além disso, foi feita a utilização de truncamentos e variações linguísticas quando possível, por exemplo: educação AND (policy OR policies) para recuperar resultados com “education”, “educational”, “policy”, “policies” etc.

Após a etapa inicial de busca ampla, foi realizado um intercruzamento temático entre os quatro eixos principais de análise definidos para o estudo:

1. Universalização do acesso
2. Qualidade educacional e formação docente
3. Inclusão educacional e justiça social
4. Gestão, financiamento e neoliberalização da educação

Para isso, os resultados obtidos com os descritores foram refinados por meio da combinação entre os eixos, utilizando filtros de data (2019–2025 para produções recentes) e relevância temática. Por exemplo:

- ("educação básica" AND Brasil) AND ("financiamento" OR Fundeb) → eixo 4.
- "educational inclusion" AND "basic education" AND Brazil → eixo 3.
- "teacher training" AND "basic education" AND policies AND Brazil → eixo 2.

O intercruzamento permitiu identificar publicações que abordssem de forma integrada mais de um eixo, possibilitando uma leitura crítica e articulada das diferentes dimensões do tema.

Foram incluídos nesta revisão:

- Artigos científicos publicados em português, inglês ou espanhol, com texto completo disponível.
- Publicações entre 2007 e 2025, com ênfase nos últimos seis anos para garantir atualidade.
- Documentos oficiais, legislações e relatórios governamentais relevantes.
- Textos que abordssem pelo menos um dos quatro eixos temáticos definidos.

Foram excluídos:

- Trabalhos duplicados ou sem acesso ao texto completo.
- Publicações que abordssem exclusivamente educação superior ou educação infantil sem relação com políticas públicas nacionais.
- Textos opinativos sem fundamentação acadêmica ou legal.

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

Os materiais selecionados foram organizados em planilhas contendo título, autores, ano, tipo de documento, eixo temático, base de dados e principais contribuições. A análise seguiu uma abordagem temática e descritiva, priorizando a identificação de avanços, limites e tendências nas políticas públicas para a educação básica. Os achados foram organizados de acordo com os quatro eixos de análise, discutidos de forma integrada nos capítulos de resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das políticas de universalização implementadas nas últimas décadas revelam avanços significativos na ampliação do acesso à educação básica. A Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/1996) estabeleceram marcos normativos que consolidaram a educação como direito social e dever do Estado, determinando a obrigatoriedade do ensino fundamental e ampliando progressivamente o acesso à educação infantil e ao ensino médio (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Essa base legal impulsionou políticas de descentralização e financiamento, como o Fundef (1996) e, posteriormente, o Fundeb (2007 e 2020), que contribuíram para a expansão de matrículas e para a redução das taxas de analfabetismo entre crianças e adolescentes (Dourado, 2007).

Apesar desses avanços, os dados mais recentes indicam que persistem desigualdades regionais e sociais profundas, evidenciando que a universalização formal não garante necessariamente a permanência e o sucesso escolar, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde fatores socioeconômicos, infraestrutura precária e ausência de políticas intersetoriais impactam negativamente os indicadores educacionais (Richter et al., 2025). Além disso, grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas e pessoas com deficiência, continuam a enfrentar barreiras estruturais que limitam seu acesso pleno a uma educação de qualidade (Nepomoceno et al., 2021).

As avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), permitiram identificar avanços graduais em desempenho, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental,

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

refletindo a consolidação de políticas públicas voltadas à qualidade (Dourado, 2007). A expansão dos Institutos Federais e a implementação de programas de formação inicial e continuada, articulados ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), também representaram esforços relevantes para elevar a qualidade docente e alinhar a educação às demandas do século XXI (Souza et al., 2019).

Contudo, esses resultados positivos são limitados por problemas crônicos de infraestrutura escolar, remuneração insuficiente e desigualdades na oferta de formação docente. A ausência de políticas consistentes de valorização profissional, somada à descontinuidade de programas federais, compromete a efetividade das iniciativas (Silva et al., 2021). Brust et al. (2021) destacam que alcançar qualidade socioeducativa requer a articulação entre escola, família e comunidade, o que ainda constitui um desafio pouco consolidado em muitas redes públicas.

Nesse sentido, a adoção de políticas afirmativas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e as leis de cotas raciais e sociais, representou um passo importante para ampliar o acesso de grupos vulneráveis ao ensino superior e, indiretamente, pressionar por melhorias na educação básica (Dourado, 2007). Além disso, programas voltados à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares foram significativamente expandidos na última década, em consonância com tratados internacionais ratificados pelo Brasil (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

No entanto, essas políticas inclusivas ainda enfrentam obstáculos estruturais expressivos. Nepomoceno et al. (2021) evidenciam problemas como salas superlotadas, ausência de materiais didáticos adequados, falta de profissionais especializados e carência de formação continuada para docentes. Tais fatores comprometem a efetividade das leis e diretrizes existentes, tornando a inclusão mais normativa do que prática, o que reforça a necessidade de políticas estruturais mais robustas e sustentáveis.

Outro ponto é que a descentralização da gestão educacional e os mecanismos de financiamento, como Fundef e Fundeb, representaram avanços institucionais importantes ao garantir maior autonomia a estados e municípios (Dourado, 2007). No entanto, a ausência de continuidade administrativa e a influência crescente de interesses privados têm fragilizado a coerência e a efetividade das políticas públicas educacionais (Silva et al., 2021).

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

Além disso, nos últimos anos, sobretudo durante o governo Jair Bolsonaro (2019–2022), observou-se uma intensificação das políticas neoliberais no campo educacional, marcada por cortes orçamentários, desmonte de programas federais e estímulo a parcerias público-privadas (Previtali et al., 2023). Essas medidas acentuaram desigualdades históricas e comprometeram a capacidade do Estado de assegurar uma educação pública de qualidade.

Moimaz (2025) analisa que a convergência entre políticas neoliberais e crises sanitárias, especialmente durante a pandemia de COVID-19, levou ao aumento da precarização do trabalho docente e, paralelamente, ao fortalecimento de redes de resistência constituídas por professores e comunidades escolares. Essa dinâmica revela, ao mesmo tempo, os limites estruturais da gestão pública e novas possibilidades de ação coletiva no interior das escolas e redes educacionais.

A análise integrada dos quatro eixos: universalização, qualidade, inclusão e gestão/financiamento, evidencia que os avanços obtidos nas últimas décadas são inegáveis, mas ainda insuficientes para superar desigualdades históricas e estruturais que caracterizam o sistema educacional brasileiro (Dourado, 2007; Richter et al., 2025). Existe um descompasso entre um arcabouço legal avançado e a implementação efetiva das políticas públicas, marcada por descontinuidade, fragmentação e subfinanciamento (Silva et al., 2021).

Ainda, a inserção de lógicas de mercado e de privatização na gestão pública impõe novos desafios à garantia da educação como direito social e bem público (Previtali et al., 2023). Superar esses limites requer políticas públicas integradas, democráticas e de longo prazo, com valorização docente, planejamento intersetorial e financiamento adequado (Nepomoceno et al., 2021; Moimaz, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas voltadas para a educação básica no Brasil revela um percurso marcado por importantes avanços institucionais e legais, especialmente no que se refere à garantia do acesso à educação como um direito social. A criação de marcos normativos, a descentralização da gestão, a ampliação de mecanismos de financiamento e a expansão de

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

programas de formação docente foram passos fundamentais para a estruturação do sistema educacional brasileiro e para o aumento das oportunidades de escolarização em diferentes regiões do país.

Apesar disso, os desafios persistem e revelam a complexidade histórica e estrutural do campo educacional. A universalização do acesso, embora consolidada em termos formais, ainda não assegura equidade nem qualidade efetiva, pois desigualdades regionais, sociais e raciais continuam a limitar as condições de aprendizagem de milhões de estudantes. A precariedade da infraestrutura, a desvalorização docente e a descontinuidade de políticas públicas dificultam a consolidação de uma educação democrática, inclusiva e socialmente justa.

As políticas de inclusão, embora tenham avançado em termos legais, enfrentam obstáculos práticos significativos, relacionados à acessibilidade, à formação de profissionais e à superação de desigualdades históricas. Tais entraves demonstram que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende de ações articuladas entre diferentes setores, com planejamento de longo prazo e investimentos adequados.

Nos últimos anos, mudanças no cenário político e econômico trouxeram novos desafios, com redução de investimentos públicos e reconfiguração do papel do Estado na oferta de serviços educacionais. Esses fatores agravaram vulnerabilidades já existentes e exigem respostas mais consistentes e democráticas, capazes de garantir a continuidade e a efetividade das políticas educacionais.

Diante desse panorama, conclui-se que o enfrentamento dos desafios da educação básica no Brasil requer políticas públicas integradas, estáveis e sustentáveis, baseadas em princípios de equidade, valorização docente e participação social. O fortalecimento do financiamento público, a continuidade das ações governamentais e a articulação entre diferentes níveis e esferas de gestão são elementos fundamentais para a construção de uma educação básica universal, de qualidade e capaz de promover a transformação social.

REFERÊNCIAS

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRUST, Cristina; OLIVEIRA, Anderson Augusto do N.; PEREIRA, Luciana. Challenges of public education in Brazil. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 9, n. 4, p. 245–259, 2021. DOI: 10.31686/ijer.vol9.iss4.3021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921–946, out. 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000300013.

MOIMAZ, Rodolfo Soares. Confronting neoliberal education policies and COVID-19: convergent trajectories of public school teacher resistance in Brazil and the United States. **International Journal of Comparative Education**, v. 37, n. 2, p. 115–138, 2025.

NEPOMOCENO, T. A. R.; SOARES, L. C. G.; NASCIMENTO, E. Inclusão na perspectiva da educação básica pública: desafios e possibilidades. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 3, p. 234–248, 2021. DOI: 10.48017/dj.v6i3.1601.

PREVITALI, Fabiane Santana; RODRIGUES, José; SILVA, Amanda. Basic education during the COVID-19 pandemic in Brazil: education that suits capital. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 3, p. 4–19, 2023. DOI: 10.1177/0094582X231167891.

RICHTER, Aline; ALMEIDA, Bruno; MORAES, Camila. Questões sociológicas e educação pública no Brasil atual: entre desafios e alternativas. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar Online**, v. 10, n. 3, p. 45–63, 2025.

SILVA, Renata Valério; GOMES, Felipe; ANDRADE, Livia. Estado funcional e as políticas de ajuste estrutural na Educação Básica brasileira. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar Online**, v. 7, n. 2, p. 88–105, 2021.

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon; FERREIRA, Luiz; BARBOSA, Ana. Uma breve reflexão do percurso das políticas públicas educacionais no Brasil: em foco a formação continuada. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1268–1282, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i3.12358.